



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Acrescente-se inciso VI ao *caput* do art. 26 do Projeto, com a seguinte redação:

“Art. 26.
.....
VI – entidades sindicais.
.....”

JUSTIFICAÇÃO

No art. 9º, inciso III, do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, está resguardada a imunidade das entidades sindicais dos trabalhadores prevista na alínea “c” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. A proposição apenas materializa a imunidade tributária em questão na lei complementar de criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Entretanto, a organização sindical no Brasil está calcada na representação de trabalhadores e patrões, por categorias econômicas, cabendo às partes diligenciar pela manutenção de saudável relação de trabalho, indispensável ao perfeito funcionamento do sindicalismo nacional.

A legislação trabalhista sempre deu tratamento igualitário às entidades sindicais, seja em relação às obrigações tributárias, seja em relação aos direitos de cobrança de contribuições para a manutenção das entidades representativas de classe ou de categoria econômica.



Nada justifica, a nosso ver, o tratamento discriminatório em matéria tributária, que estabelece benefício fiscal apenas às entidades sindicais de trabalhadores. Com a presente emenda, mediante a criação do inciso VI ao art. 26 serão afastadas da figura de contribuintes dos novos tributos as entidades sindicais, sem distinção entre os sindicatos patronais e de trabalhadores.

Contamos, assim, com o apoio das ilustres Senadoras e dos ilustres Senadores na aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 14 de agosto de 2024.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)

